

ESTADOS DUPLICARAM ANTECIPAÇÕES

Secretário do Tesouro diz que dinheiro foi usado para pagar salários

O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, revelou ontem à Comissão Mista de Orçamento do Congresso que os empréstimos bancários feitos pelos Estados, por meio de Antecipações de Receitas Orçamentárias (AROs), duplicaram nos oito primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período de 1994. "O aumento foi de R\$ 2,6 bilhões", declarou o secretário. "E alguns governadores estão pagando juros reais de até 10% ao mês." O Tesouro paga, em seus títulos, uma taxa real média de 1,9% ao mês.

No depoimento, Portugal disse que esses empréstimos bancários foram feitos, principalmente, para pagar reajustes de salários concedidos em novembro e dezembro do ano passado. "Alguns ex-governadores concederam aumentos

que variam de 30% a 40%", afirmou o secretário. "Contudo, com a estabilização da economia, esses aumentos foram reais, enquanto os Estados perdiam os ganhos financeiros decorrentes da inflação, com os quais pagavam as despesas."

A ARO é uma operação de empréstimo em banco estadual ou privado, por conta de uma receita futura. Quando esta chega, o governador paga ao banco, que, no entanto, cobra taxas de juros elevadas por essas operações. Assim, o governador tem de ficar renovando constantemente a ARO porque não consegue recursos suficientes para pagar o que deve e ainda fechar suas contas do mês. Esta é a situação atual da maioria dos Estados.

Portugal deixou claro aos deputados e senadores que a dispo-

sição do presidente Fernando Henrique Cardoso de negociar uma fórmula que amenize as dificuldades financeiras dos Estados, expressa na reunião com os governadores, não inclui as dívidas contratuais já renegociadas. Já foram feitas duas renegociações de dívidas com os Estados e municípios.

Numa delas, foram rolados R\$ 8,5 bilhões. A segunda, realizada em 1993 por Fernando Henrique, como ministro da Fazenda, envolveu a soma de R\$ 25,4 bilhões. Além desses montantes, a União assumiu a dívida externa dos Estados e municípios equivalente a R\$ 5,2 bilhões. Segundo o secretário, as dificuldades dos Estados não decorrem da dívida que já foi rolada. "Por essa eles estão pagando apenas 6,5% de juros ao ano", disse Portugal.

Ribamar Oliveira/AE